

Sofia
A
L

Procedimento concursal comum com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado destinado a candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído para ocupação de 4 postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Cascais para encarregado operacional, para exercício de funções na Divisão de Gestão da Estrutura Verde

ATA N.º 2

Ao dia um do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas 10h09, reuniu, na sala de reuniões do piso 1 do Edifício Cascais Center, o Júri do procedimento concursal comum com vista à constituição de vínculo de emprego público por tempo indeterminado destinado a candidatos com vínculo de emprego público por tempo indeterminado previamente constituído para ocupação de 4 postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal do Município de Cascais para encarregado operacional, para exercício de funções na Divisão de Gestão da Estrutura Verde, aberto por deliberação da Câmara Municipal de Cascais de 24 de janeiro de 2023, que recaiu sobre a proposta n.º 69-2023, alterada em reunião da Câmara ocorrida em 28 de março pela proposta n.º 254-2013, publicado no Diário da República aviso n.º 15165/2023, 2.ª série, n.º 156, e na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o código de oferta OE202308/0319, ambos de 11 de Agosto.

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente: Luís Guerreiro, Chefe da Divisão de Gestão da Estrutura Verde.

Vogais Efetivos:

- Sofia Vieira, que substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos, Técnica Superior da Divisão de Gestão da Estrutura Verde;
- Vera Calha, Chefe da Unidade de Apoio Técnico.

A reunião do Júri teve como finalidade deliberar sobre os seguintes assuntos, que constituíram a ordem de trabalhos da reunião:

1. A reunião do Júri teve por objetivo apreciar as candidaturas formalizadas no âmbito do presente procedimento concursal, nomeadamente o preenchimento dos requisitos exigidos e a apresentação dos documentos essenciais à admissão ou avaliação dos candidatos, nos termos do preceituado nos n.ºs 1 e 2 do artigo 16.º da Portaria n.º 233/2022, de 9 de setembro, doravante designada por “Portaria”.

2. Após a devida análise da totalidade das candidaturas submetidas, o Júri aferiu que os candidatos identificados na lista vertida no anexo designado por “Anexo I”, que, para todos os efeitos, se considera parte integrante desta Ata, não demonstraram, pelos fundamentos aí descritos, reunir os requisitos de admissão plasmados no Diário da República aviso n.º 15165/2023, 2.ª série, n.º 156, e na Bolsa de Emprego Público (BEP), com o código de oferta OE202308/0319, ambos de 11 de agosto.

3. Atendendo a este circunstancialismo, deliberou este Júri notificar os aludidos candidatos, para efeitos da audiência dos interessados, da intenção de os excluir, conforme disposto no n.º 4 do artigo 16.º da Portaria e do artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo, com a informação de que as alegações a produzir deverão ser apresentadas em formulário próprio disponível em:

https://www.cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/new/formulario_exercicio_do_direito_de_participacao_de_interessados.pdf.


4. Por último, foi elaborada a lista provisória dos candidatos admitidos, constante do Anexo II, que para todos os efeitos faz igualmente parte integrante da presente Ata, tendo, da mesma forma, sido deliberada a respetiva notificação de admissão, de harmonia com o preceituado na segunda parte do sobredito n.º 4 do artigo 16.º da Portaria.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, pelas 12h26 da qual foi elaborada a presente Ata, que, depois de lida e votada nominalmente, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelos elementos do Júri presentes.

O Júri

Presidente


1.º Vogal Efetivo


2.º Vogal Efetivo